



Preso acusado de liderar quadrilha de venda de diplomas

A Polícia Federal deflagrou, nesta sexta-feira (14/3), a Operação Cola. O objetivo é coibir a venda de diplomas universitários falsos pela internet. A PF prendeu um suspeito de liderar o esquema. Tiago Francisco Vieira Pereira é acusado de fabricar os diplomas falsos a pedido de clientes e distribuí-los pela internet. A operação foi deflagrada em 14 estados.

Tiago, que tem 21 anos, foi preso em Tangará da Serra, no interior de Mato Grosso. A PF informou que, com o acusado, foi apreendida grande quantidade de material para a fabricação dos diplomas. Entre os diplomas constam os de Medicina, Fisioterapia, Direito, Enfermagem, Engenharia, entre outros.

A operação foi deflagrada para cumprir 34 mandados de busca e apreensão, em 54 endereços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Acre, Pará e Bahia.

Os diplomas falsos eram vendidos a preço médio de R\$ 1,8 mil cada, a diversos clientes, em todo o país, que os solicitavam num fórum de discussão na web.

A PF está recolhendo os diplomas falsos, documentos, e computadores utilizados na falsificação e comercialização dos mesmos em endereços residenciais e comerciais dos suspeitos.

Para o presidente em exercício do Conselho Federal da OAB, Vladimir Rossi Lourenço, a venda de diploma é efeito colateral de ensino sem qualidade. “A despreocupação governamental com o importante aspecto da qualidade de ensino permite o surgimento de efeitos colaterais danosos, como a venda de ‘diplomas’ pela Internet”, afirmou.

Na avaliação de Vladimir Lourenço, a qualidade do ensino deve ser prioridade do governo, isso porque o ensino superior no Brasil está perdendo a qualidade por conta de inúmeros fatores, sendo o mais importante deles a mercantilização, que tomou conta desse segmento. “É preciso ter presente que quantidade não é e nunca significou sinônimo de qualidade”, afirmou Lourenço, lembrando as recorrentes críticas feitas pela OAB à falta de fiscalização de instituições de ensino de baixa qualidade pelo governo.

“O ensino não pode ser simples objeto comercial. A qualidade do ensino é fundamental para a definição do perfil do país que somos e do país que queremos”, finalizou.

Date Created

14/03/2008